

PARECER N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem
(SF) nº 79, de 2016 (Mensagem nº 447/2016, na
origem), do Presidente da República, que *submete*
à apreciação do Senado Federal, de
conformidade com o art. 52, inciso IV, da
Constituição Federal, e com o art. 39, combinado
com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de
dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO
DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira
Classe da Carreira de Diplomata do Ministério
das Relações Exteriores, para exercer o cargo de
Embaixador do Brasil na República Italiana e,
cumulativamente, na República de Malta e na
República de San Marino.

Relator: Senador **JOSÉ AGRIPINO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 27 de abril de 1954. Concluiu a Faculdade de Filosofia pela Universidade de Genebra em 1975, e entrou para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1978. Todas as promoções na carreira do indicado foram por merecimento. Sua tese para o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco foi publicada, em 1998, pela

Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), sob o título “O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva”.

Entre as funções desempenhadas no exterior por Sua Excelência, observamos que foi Conselheiro na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, de 1994 a 1999; Ministro-Conselheiro na Missão Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais em Genebra, de 1999 a 2003; Embaixador do Brasil em Washington, entre 2007 e 2009; e Chefe da Missão junto às Nações Unidas, em Nova York, desde 2013.

No Brasil, o indicado foi Secretário de Planejamento Diplomático do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, entre 2003 e 2004; Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, de 2004 a 2005; Subsecretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; entre 2005 e 2007; e Secretário-Geral da Secretaria-Geral de Relações Exteriores, de 2009 a 2011. Em 2011, alcançou o posto máximo da carreira diplomática, tornando-se Chanceler do Brasil, e permanecendo como o Ministro das Relações Exteriores da Presidente Dilma Rousseff até 2013.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à Mensagem Presidencial sumário executivo sobre a República Italiana, a República de San Marino e a República de Malta. Destacaremos alguns aspectos desses três países em sua relação com o Brasil.

No que concerne à República Italiana, cabe registrar que Brasil e Itália “têm longa tradição de relacionamento, com intenso diálogo político, intercâmbio de visões sobre temas da agenda internacional e ampla proximidade social e cultural”. Aspectos de extrema relevância para essas relações, observa o Relatório do Itamaraty, são o grande número de brasileiros de origem italiana (cerca de 30 milhões), a presença de comunidades brasileiras nas principais cidades italianas, e o fluxo turístico de parte a parte (em 2014, 800 mil brasileiros visitaram a Itália, e 228 mil italianos visitaram o Brasil).

Assinalamos, ainda, que em 2007 o relacionamento bilateral foi elevado à categoria de Parceria Estratégica, fundamentada na disposição de Brasil e Itália “de trabalhar, em articulação, a favor da paz e da segurança internacionais, do respeito aos direitos humanos, do fortalecimento do multilateralismo, da conservação do meio ambiente, do

desarmamento e não proliferação e da promoção do desenvolvimento com justiça social”.

O Relatório observa que, em abril de 2010, foi assinado o Plano de Ação para aprofundar a Parceria, com 16 áreas-chave para a cooperação entre os dois países. Está prevista uma série de iniciativas em benefício do diálogo político e em matéria espacial, de defesa, economia, comércio, indústria, finanças, energia, cultura e educação, entre outros temas.

Persistem, porém, pontos de contraste na visão política dos dois países, como diferenças de enfoque sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em que a Itália se posiciona de forma contrária às propostas do G4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia). A despeito disso, a visão política dos dois países é coincidente em múltiplos temas da agenda internacional, sobretudo na promoção dos valores da democracia, do respeito ao Estado de Direito e dos direitos humanos. Assim, o documento do Itamaraty assevera que “as relações bilaterais Brasil-Itália têm apresentado dinamismo nos últimos anos, com a intensificação do diálogo político nos mais diversos níveis”.

No que concerne a assuntos consulares, observamos que a comunidade brasileira na Itália é estimada em 72.000 pessoas, de acordo com estimativas constantes do Relatório Consular Anual (RCN) 2015. Segundo dados também de 2015, havia 174 presos brasileiros naquele país, a maior parte (109) por tráfico internacional de drogas. Com a crise econômica europeia, o tamanho da comunidade sofreu queda significativa (de 130.000 para 70.000), mas estabilizou-se por volta de 2011. Atualmente, observa o Relatório, “é possível apontar tendência de aumento do fluxo de brasileiros para a Itália, em razão da crise econômica no Brasil. Trata-se de uma comunidade com perfil bastante diverso, contando com estudantes, trabalhadores do setor de serviços, donas de casa. É formada essencialmente por mulheres (cerca de três quartos)”.

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício da Itália.

Sobre o comércio bilateral, o Itamaraty observa a importância desse relacionamento: “A Itália foi o nono maior parceiro comercial brasileiro em 2015 e 2º no âmbito da União Europeia, de acordo com as estatísticas italianas. De 2009 a 2015, o intercâmbio comercial bilateral cresceu cerca de 19%, passando de US\$ 6,67 bilhões para US\$ 7,95

bilhões. No entanto, as trocas comerciais registraram queda em 2015 na comparação com 2014, de 23%. Em 2015, houve redução do déficit brasileiro (39%), que passou de 2,3 bilhões de dólares para 1,4 bilhão de dólares no período. As exportações diminuíram 18,7%, alcançando US\$ 3,3 bilhões, enquanto as importações apresentaram redução de 26%, totalizando US\$ 4,7 bilhões. Há déficits no intercâmbio comercial, em desfavor do Brasil, desde 2009”.

O perfil das exportações brasileiras para a Itália é majoritariamente composto por produtos primários (café e pastas de madeira), ressalta o Relatório do MRE. No terreno das importações, destaca-se o item máquinas mecânicas na composição majoritária da pauta, com 36,6%.

Ao tratar de investimentos, convém ter em mente que “a tradicional presença de empresas de origem italiana no tecido produtivo brasileiro ganhou novo ímpeto nos últimos anos, com interesse renovado nas oportunidades que a economia brasileira oferece”, destaca o Relatório. Os investimentos italianos no Brasil aumentaram, e o intercâmbio bilateral manteve-se estável, com a Itália continuando, em 2015, entre os 10 principais investidores no Brasil, com inversões no valor de US\$ 1,7 bilhões. O Brasil, por sua vez, é considerado mercado prioritário para a internacionalização das empresas italianas.

Os setores mais estratégicos para as empresas italianas interessadas em investir no Brasil são os de infraestrutura e construção; energia e meio ambiente, incluindo geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás, energias renováveis e tratamento de resíduos; mecânica instrumental; máquinas em geral; mecanização agrícola e embalagens; automotivo; sanitário; e biotecnológico; além dos setores agroalimentares tradicionais. Já a presença brasileira na Itália, em contrapartida, “ainda é bastante limitada e os investimentos brasileiros naquele país, pouco significativos”, assevera o documento do Itamaraty.

Sobre a República de San Marino, importa colacionar alguns dados trazidos do Relatório do Ministério das Relações Exteriores: trata-se de um enclave localizado na península italiana, com uma área de 61,16 km² e uma população de 33 mil habitantes. Fundada em 301 d.C., a República de San Marino é uma das mais antigas do mundo.

A base da economia de San Marino é o turismo, que responde por mais de 50% do PIB local. Em 2006, mais de 2,1 milhões de turistas visitaram o país.

As relações bilaterais foram estabelecidas pelo Acordo sobre Relações Consulares celebrado em 14 de dezembro de 1984. Mais recentemente, em 2002, os dois Governos estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não residentes. Ademais, San Marino mantém um Consulado-Geral em São Paulo.

Aspecto interessante sobre as relações bilaterais é que, segundo documentos do Arquivo Público da República de San Marino, o Imperador Dom Pedro I manifestou interesse, por meio do então representante brasileiro à Corte da França, Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, de estreitar laços com aquela república, o que deu início a processo de concessão da cidadania samarinesa para o regente brasileiro. Como resultado, o Conselho-Geral daquele país, em sessão de 23 de maio de 1830, com “viva exultação” pela notícia de que “um dos mais potentes Soberanos lhe desse tal atestado de sua estima e benevolência”, determinou “que os nomes de Dom Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil, de sua Augusta Esposa, a Imperatriz Dona Amélia, e da futura Imperial Dinastia, fossem perpetuamente anotados à frente do Registro dos Patrícios Samarineses”.

Em termos consulares, a comunidade brasileira local é formada majoritariamente por mulheres casadas com cidadãos samarinenses. Não há nenhuma associação de brasileiros.

Atualmente, há cooperação na área tributária e educacional entre Brasil e San Marino. Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano em benefício daquela república.

Entre 2010 e 2015, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu cerca de 59%, porém observa-se um declínio nas exportações brasileiras, que praticamente foram nulas em 2015. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 6 milhões em 2010 para US\$ 9,6 milhões em 2015. Calçados foram os principais itens brasileiros exportados para San Marino em 2015. A seu turno, as importações brasileiras originárias de San Marino apresentaram alto grau de concentração. Os farmacêuticos somaram aproximadamente 88% das

compras em 2015, seguidos de máquinas mecânicas. Não há registro de investimentos bilaterais.

Quanto à República da Malta, trata-se de arquipélago mediterrâneo localizado ao sul da Europa, com área de 316 km² e população de 414 mil habitantes. Sua posição geográfica fez de Malta, ao longo da história, um importante entreposto estratégico e comercial. Por essa razão, sua soberania esteve, até a independência do Reino Unido em 1964, confiada a potências estrangeiras. Malta é hoje uma das principais atrações turísticas do sul da Europa. Em função de sua localização, tem sido também importante rota de imigrantes oriundos da África.

Brasil e Malta estabeleceram relações diplomáticas em 1975. Desde junho de 2010, a Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma. A Embaixada de Malta em Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo brasileiro. Malta mantém Consulados Honorários no Rio de Janeiro e em São Paulo, e o Brasil, Consulado Honorário em Valeta.

No início do conflito de 2011 na Líbia, foi fundamental a colaboração do Governo maltês para a retirada de cidadãos brasileiros do país africano. O Governo maltês acolheu todos os cidadãos brasileiros em seu território. Foram muito apreciadas no Brasil a compreensão e disponibilidade demonstradas pelas autoridades migratórias de Malta, acionadas em caráter de emergência dada a natureza humanitária da operação.

O Relatório do Itamaraty assinala que não há informações acerca da comunidade brasileira em Malta.

Sobre empréstimos e financiamentos oficiais, tampouco há registros a respeito. Não há registro de investimentos bilaterais.

Finalmente, aduzimos que o intercâmbio comercial entre Brasil e Malta alcançou, em 2015, o valor de US\$ 35,8 milhões, contra US\$ 118,10 milhões no mesmo período em 2014, uma variação negativa de 69,6%. Mais especificamente, o Brasil exportou para Malta US\$ 15,4 milhões o que representou redução de 75% em relação ao ano anterior. No mesmo período, o Brasil importou de Malta US\$ 20,4 milhões, o que significou redução de 63,5% em relação a 2014. “Cumpre ressaltar, todavia, que a corrente de comércio registrada em 2014 foi a mais alta dos últimos 15 anos”, observa o Relatório do Itamaraty.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 17 de agosto de 2016.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador José Agripino, Relator